# EM RITMO DE BARBÁRIE: A ESCOLA NEOLIBERAL COMO TENDÊNCIA MUNDIAL

RITA DE CASSIA BARBI

RESUMO:

O presente artigo aborda uma discussão de cunho social, filosófico e político acerca do neoliberalismo econômico e de que maneira essa ideologia influencia na educação. A fim de desenvolver um embasamento teórico, o texto se utiliza de autores como Christian Laval, Gilles Deleuze além de uma série de pesquisas que procuram elaborar um diagnóstico sobre as consequências para a educação do modelo neoliberal. Apesar de ter uma origem européia, o modelo político em questão é uma tendência a nível globalizado, inclusive no Brasil a partir dos anos 90. A princípio, o neoliberalismo parece se restringir somente às práticas econômicas, porém ele age por meio de outros artifícios sociais, com destaque para a educação. O que antes era uma educação com pretensões críticas acaba por se metamorfosear em um tipo de pedagogia mecanicista, com um fim estritamente estabelecido, a saber, o fim mercantil de inserção dos corpos treinados no mercado de trabalho. Para os fins primevos da pedagogia, a chamada escola-empresa é uma catástrofe; no entanto, para o que visa o neoliberalismo ela é uma excelente aliada na lógica da produção capitalista de mentes e corpos dóceis.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Escola-empresa; Privatização.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento do neoliberalismo na Europa durante os anos 1980, o mundo assistiu à consolidação de um novo modelo econômico que surge com o discurso de ser um remodelamento do antigo liberalismo do século XIX. Dentre as principais defesas do neoliberalismo, destacam-se a globalização sem fronteiras; o capital financeiro internacional; o individualismo; o ajuste fiscal e a livre concorrência. Uma das promessas do neoliberalismo é o completo abandono do Estado no que se refere à regulação econômica das instituições. Surgem, então, as propostas de privatização que seriam como uma solução para todos os problemas estruturais que envolvem as atividades produtivas de cunho social, econômico e cultural.

Engana-se quem admite que o neoliberalismo se restringe apenas ao âmbito da economia e da austeridade. Ele se apresenta, de maneira velada, como um modelo ideológico e político. Sua existência depende de uma subjetividade coletiva global, um modelo de discurso que possui um apelo fortemente social e também maneiras de pensar e de agir comumente individualistas e pré-programadas. A subjetividade se perde nesse modelo que promove a construção de valores que modificam até mesmo a maneira como os indivíduos se relacionam nos mais diversos âmbitos da vida social e individual.

Nesse sentido, umas das principais ambições do neoliberalismo é a elaboração de um tipo específico de ser humano que possui não apenas um corpo dócil como uma mente também. A meta desse tipo de funcionamento político é a promoção de uma forma de capital humano, qual seja, uma instrumentalização do que é o humano que passa a ser tão somente uma engrenagem econômica dentro de um sistema que visa o lucro desenfreado acima de tudo e de todos.

Ao passo que o neoliberalismo busca promover um tipo específico de subjetivação humana, é de praxe que esse tipo de sistema econômico, político e ideológico abarque o sistema educacional. A escola é uma instituição de suma importância para a construção do caráter, dos valores, das ideologias e das maneiras de intersecção no mundo. Nesse sentido, a educação é vista como engrenagem para esse modelo e, nos últimos anos, o neoliberalismo tem penetrado de maneira cada vez mais intensa nos assuntos que envolvem a formação educacional, excepcionalmente dos jovens e das crianças. O público alvo jovem não é selecionado ao acaso. A meta é fazer da escola uma empresa maquínica que zele pelo bom funcionamento da competitividade econômica. Quanto mais cedo se incutir o comportamento e os ideários competitivos nas crianças, mais eficaz será o projeto de estruturação de um ser humano antes máquina do que subjetivo, antes instrumento do que parte de um todo que não precisa ter um fim; antes dócil do que potencialmente crítico.

O pesquisador francês de história da filosofia e da sociologia Christian Laval é um intelectual que se debruça sobre os impactos do novo modelo neoliberal nas escolas. O seu principal livro sobre o assunto é “A Escola não é uma Empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público” publicado em 2003. Para ele, existe no mundo uma nova ordem escolar em voga. A escola neoliberal é reconhecida como um bem essencialmente privado e seu valor não está na formação de indivíduos com capacidade de esclarecimento; seu valor é econômico. O que se tem assistido a nível global, inclusive no Brasil, é a eclosão cada vez mais intensiva de escolas particulares e um processo voraz de sucateamento das escolas públicas.

O também intelectual francês Gilles Deleuze foi um filósofo contemporâneo que

assistiu de perto enquanto foi vivo o processo de alastramento do neoliberalismo como ordem ideológica. Um assunto que sempre interessou a reflexão do filósofo da diferença foi a peculiaridade do modelo neoliberal que não se contenta em penetrar exclusivamente na economia, como também, e de forma ainda mais voraz, no humano, convertendo sua subjetividade de forma a fazê-lo engrenagem imprescindível para o funcionamento da empresa.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. CAMINHOS PARA A BARBÁRIE

Com o avanço desenfreado, no século XX, da política econômica capitalista, surge a necessidade de uma mão-de-obra qualificada e especializada, além de uma indústria que seja inteiramente eficaz no processo de acumulação de capital. Nesse sentido, é no período do Welfare State que o grande capital passa a demonstrar um interesse maior nas questões que envolvem a educação. Por trás da elaboração de uma escola-empresa, existe um dúbio interesse. Ao passo que uma escola privada gera lucro desenfreado, ela também possui uma política pedagógica instrumental que, ao final das contas, forma cidadãos aptos para o trabalho. De um lado, o lucro e de outro a produção de uma mão de obra plenamente qualificada.

Laval elenca as três principais tendências que se têm assistido no processo de mutação entre a antes escola do compromisso social e a atual escola empresarial, qual seja, um processo de desinstitucionalização, uma desvalorização e a desintegração.

A escola, em seu modelo institucional, possui por natureza uma estabilidade e uma autonomia para a tomada de decisões. O que se tem assistido a partir da eclosão do modelo neoliberal é um processo de desinstitucionalização em progresso que possibilita, com maior rigor, uma capacidade adaptativa das escolas e uma fluidez que responda às demandas. Dentre as principais "demandas" solicitadas, as que se destacam são: a obrigação das escolas em implantar modelos inovadores; adoção nos projetos pedagógicos de tecnologias que de alguma forma auxiliam no processo educativo; competitividade, modelos de premiação, etc. A consequência disso é uma liquefação do modelo institucionalizado e uma perda de autonomia. Existe uma imensa contradição entre o discurso vendido em defesa da desinstitucionalização e o que de fato se observa na prática. Uma das justificativas para sua implementação é a liberdade de escolha que uma escola desinstitucionalizada possui em oposição à escola sob o jugo burocrático do Estado. Essa liberdade é absolutamente ilusória ao passo que, todas aquelas escolas que de alguma forma não se adequam aos modelos inovadores e que não tenham capacidade adaptativa às demandas educativas neoliberais, são definidas como inferiores, ineficazes, recebem classificações baixas e uma série de outras consequências.

A tendência da desvalorização é crucial para o processo de desmonte da educação emancipatória. Os princípios pedagógicos da transmissão de cultura, do compromisso social e político, da emancipação, dos princípios de igualdade, etc., são subtraídos em um valor exclusivo: o potencial econômico que a educação pode oferecer e a capacidade da escola em formar indivíduos úteis para a inserção no mundo profissional. Os valores difundidos pela escola não são os únicos que passam por um processo intensivo de desvalorização. Existe uma distinção muito bem estabelecida entre o que pode ser classificado como cultura útil ou inútil dentro da escola-empresa, ou seja, entre, de um lado, o que vale a pena ser lecionado e estudado pelos estudantes, e, por outro lado, o que possui um desvalor e deve ser descartado do projeto pedagógico. O tipo de saber valorado nesse sistema é um saber que tem um fim muito bem estabelecido, em suma, um saber-fazer. O que se observa na definição e elaboração do que deve ou não deve ser aprendido é uma dupla reivindicação: de um lado, existem os saberes inúteis que não merecem um investimento ao passo que eles não têm uma ligação com um fim estabelecido, fim esse que deve por natureza ser econômico e ligado ao exercício das capacidades práticas dos alunos. Por outro lado, o suprassumo do saber que é aquele valorizado e investido dentro da escola neoliberal. As disciplinas que não tenham a função prática plenamente definida passam por um processo de desvalorização contínuo até que sejam descartadas do projeto de ensino pedagógico.

Por fim, assiste-se a uma desintegração total e absoluta da instituição escolar. Escola e universidade entram em um acelerado ritmo de barbárie. A cultura escolar não tem mais como finalidade a ampliação da autonomia do espírito, sua função primeva é corroída em uma nova ordem educativa pautada na orientação dos alunos quanto às suas futuras vidas profissionais.

Passa-se, assim, de um sistema onde o julgamento sobre o valor de uma pessoa era atividade de uma instituição pública, para um sistema onde a avaliação pertence, mais diretamente, ao jogo do mercado de trabalho. O mercado se torna assim, no lugar do Estado, a instância mediadora vista como responsável por fixar os valores profissionais dos indivíduos (LAVAL, p. 57)

### 2.2. A PROMESSA QUE NÃO SE CUMPRE

A justificativa para a instauração do projeto neoliberal no modelo educacional

e para a redução dos estabelecimentos escolares públicos por meio das privatizações são as mais convidativas possíveis. Redução das desigualdades; supressão das escolas públicas que são tidas como ineficientes; liberdade de escolha em oposição ao jugo de uma burocracia estatal; eficácia que pode ser mensurada mediante avaliações; incentivo da competitividade que desemboca em uma investida entre as escolas visando a excelência e outras mais grandes propostas que parecem irresistíveis e, aqueles que porventura discordem de um modelo tão bem estruturado, são tidos como inimigos da educação.

Um dos principais axiomas defendidos pela educação neoliberal é a ideia de "aprendizado ao longo de toda a vida". Em A Escola não é um Empresa, Laval destaca que essa concepção foi inicialmente anunciada nos anos 1970 e retomada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1996 e ainda tem um apelo forte na educação atual. Inicialmente essa não parece ser uma má ideia ao passo que, por meio dessa frase, subentende-se que o objetivo é abranger a educação para todas as fases da vida de uma pessoa, evitando uma possível limitação de idade para se adquirir conhecimento. Parece ser uma propaganda com teor democrático que poucos ousariam discordar de algo que soa exemplar. Todavia, essa ideologia no modelo neoliberal é uma falácia. Tal aprendizado a que se referem os neoliberais é um aprendizado calcado no acúmulo muito mais de técnicas que facilitem uma formação plena para o mercado de trabalho e para a lógica empresarial do que uma cultura geral pautada em princípios desinteressantes para o mercado. Então, afirmativo, é um conhecimento que vem a ser adquirido por toda a vida, mas com um importante detalhe oculto: a flexibilidade que o trabalho deve ter de aprimorar por toda a existência sua habilidade produtiva. Na concepção de Gilles Deleuze (1925-1995), o que se tem assistido é um novo tipo de formação permanente que tem substituído as escolas:

Mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. O princípio modulador do salário por mérito tenta a própria educação nacional: com efeito, assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa (DELEUZE, p.221)

Liberdade é uma palavra cujos liberais costumam evocar com bastante regularidade, utilizando-a das formas mais deturpadas possíveis. Liberdade para a autorregulação do mercado, liberdade econômica, liberdade nos costumes e liberdade para a educação. Uma das justificativas para a grande onda de privatização das escolas e abandono estatal da regulação educacional é embasada no argumento de que os pais terão uma liberdade de escolha maior para selecionar as escolas ideais para seus filhos. Além disso, uma escola sem o jugo da burocracia estatal tem mais liberdade para escolher o melhor e mais elaborado sistema pedagógico que esteja engajado com o mercado de trabalho, sempre. As consequências para a educação dessas "liberdades" falaciosas estão longe de serem adequadas para a escola/faculdade. O aumento da privatização escolar e da consequente competição e poder de escolha entre a escola pública e a privada só fizeram aumentar as desigualdades cujos liberais tanto prometem combater.

O estudo intitulado Escola Charter e Vouchers realizado pela D3e (Dados para um Debate Democrático na Educação) foi responsável por fazer uma análise de pelo menos 153 artigos produzidos nos EUA para entender quais foram os impactos da implementação das escolas Charter e dos vouchers. Dentre os estudos de casos particulares, os que se destacam são os realizados na Suécia, Chile e Colômbia. Voucher é uma bolsa de estudo paga pelo governo como um incentivo para que os estudantes (principalmente os de baixa renda) possam acessar as escolas e as universidades particulares. As Escolas Charter, por sua vez, são aquelas instituições privadas financiadas pelo Estado. De uma forma ou de outra, ambos os programas são artifícios para que instituições privadas utilizem recursos públicos. O Estado, como se nota, não intervém e é invisível até um certo ponto na lógica neoliberal. O resultado do estudo estacionou em três principais conclusões, todas elas irrelevantes ou negativas no que se refere às suas promessas.

A primeira conclusão foi a de que o impacto das escolas charter é praticamente nulo ou irrelevante para o desenvolvimento. A justificativa utilizada no uso do dinheiro público para investir na escola privada é a de que, por meio do incentivo à competitividade, a qualidade do ensino se potencializa. Dos mais de 9 mil artigos sobre o assunto encontrados, o estudo fez a seleção de 92 deles. Baseando-se na experiência particular norte-americana, as análises de Berends (2015) e Grube e Anderson (2018) concluíram que esse modelo teve efeitos mistos, pouco conclusivos e nulos quanto às suas pretensões. Em segundo lugar, percebeu-se que os vouchers detêm um impacto educacional mais considerável do que as escolas charter nos EUA em particular, enquanto que em países como o Chile o efeito dos vouchers foi nulo ou pouco considerável. Por fim, a conclusão principal foi a de que os dois modelos intensificaram a segregação e a estratificação dentro do sistema educacional. No

que se refere à experiência individual dos alunos nos EUA, a competitividade presente na metodologia de ensino dessas escolas beneficiou alguns alunos em específico, no que se refere ao sistema de avaliação. Porém, na escola como um todo, não houveram benefícios. No que se refere aos relatos individuais, tanto Estados Unidos como Suécia provaram que esse sistema de escolha desembocou em um aumento das segregações de cunho racial. Um exemplo particular disso foram os alunos suecos que optaram por escolas distantes de seus endereços do que permanecer em instituições que tivessem um número maior de estudantes vulneráveis socialmente ou imigrantes.

## 2.3. NO BRASIL: MODELO QUE SE ALASTRA

A onda neoliberal no Brasil iniciou-se a partir dos anos 90 com o Governo Colllor (1990-1992) e se consolidou com o Governo de Fenando Henrique Cardoso (1995-2003). Entre os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) o que se observou foi uma diminuição nos projetos de privatização das universidades e da intensa desindustrialização por meio de métodos governamentais desenvolvimentistas. Foi a partir de 2016, com o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff que o governo interino de Michel Temer (2016-2018) alavancou os projetos neoliberais por meio de reformas.

Todas as medidas econômicas e sociais instauradas pelo governo Temer possuem um teor estritamente contra desenvolvimentista e profundamente vinculadas com o projeto de neoliberalismo econômico. Uma de suas primeiras medidas, assim que assumiu o cargo, foi o denominado teto de gastos, ou PEC 55, que congelou por 20 anos os gastos públicos. Essa medida atinge principalmente a saúde e a educação. Foi durante esse período também que o Brasil assistiu a uma série de reformas, como a reforma previdenciária, a trabalhista e a reforma do ensino médio. Todas as três são projetos de sucateamento dos serviços públicos, desembocando em prejuízos sociais sem precedentes e abrindo possibilidades para uma culpabilização do Estado perante as catástrofes sociais. Fórmula básica neoliberal.

Uma das reformas que merece destaque para a discussão é a reforma do ensino médio. O projeto começa como uma medida provisória que tem como justificativa dinamizar o ensino e torná-lo adaptável à realidade dos alunos. Dentre as principais medidas se destacam o aumento da carga horária por meio do ensino integral e uma divisão de duas etapas do curso: na primeira etapa, equivalente a 60%, os alunos cumprem as matérias obrigatórias, definidas pela BNCC; já na segunda etapa de 40% os estudantes têm a possibilidade de escolher entre diferentes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos. A princípio, essa parece ser uma boa proposta ao passo que aumentaria o tempo de estudo dos adolescentes com o ensino integral e, por meio da possibilidade de escolha entre os conteúdos, os estudantes começariam a se especializar em suas áreas de preferência desde cedo. No entanto, esse projeto que ganhou intensidade durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), é uma absoluta catástrofe a nível nacional.

Para compensar a redução da carga horária, determinadas disciplinas sofreram uma drástica reforma dentro do plano pedagógico, ao ponto de serem até mesmo suprimidas de algumas séries. É o caso das aulas de filosofia, sociologia, história e geografia. No capitalismo e na educação neoliberal não existem coincidências. Essas disciplinas fundamentais para a construção da capacidade crítica e deliberativa são perigosas dentro de uma escola-empresa que funciona como uma máquina de produção subjetiva instrumental. O discurso bradado pelos defensores da supressão dessas matérias é embasado no argumento de que elas são inúteis, desnecessárias, sem valor prático ou ultrapassadas. No dia 25 de novembro de 2023, o Secretário da Justiça e Cidadania de São Paulo da gestão Tarcísio Mota, disse as seguintes palavras: “No meu tempo o colégio público me ensinou matemática e português. É por isso que estou aqui. Por isso que eu fui Juiz Federal, Secretário do Estado é porque eu sei matemática e sei português. E a turma do sindicato fica dando aula vagabunda de filosofia e sociologia para que vocês não aprendam nada”. Uma figura pública como um secretário do estado mais importante da América Latina insultando educadores e depreciando o conhecimento é um prelúdio da decadência e da abominação ética e política desse que é o modelo mais anti-educação que já existiu.

Essa distinção defendida pelo secretário entre o útil e o inútil alude a uma parte da argumentação de Christian Laval:

> Tem-se uma dupla reivindicação: por um lado, a favor de um investimento educativo importante e, por outro lado, a favor de uma redução dos conhecimentos julgados inúteis e aborrecidos quando eles não têm ligação evidente com uma prática ou um interesse (LAVAL, p.24)

Outra consequência alarmante e intencional da reforma do ensino médio no Brasil é o fato de que ela prejudica e aniquila muito mais o ensino público e a educação da periferia do que as escolas particulares. As escolas públicas em sua maioria possuem menos estruturas para oferecer uma diversidade de itinerários formativos ou oficinas de estudos em comparação com as escolas particulares. Segundo o estudo assinado por pesquisadores da UFABC, Unifesp e IFSP

“Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo” uma das principais problemáticas está na diminuição de aulas que os alunos da rede pública estão assistindo. Constatou-se que 22,1% das aulas de itinerário formativo do 1º semestre de 2022 não tinham sequer um professor atribuído. Ou seja, para a escola isso significava um dia a menos de aula. Enquanto as escolas particulares oferecem todos os itinerários formativos recomendados pelo currículo, na escola pública essa

„”liberdade de escolha” mostrou-se menor nos 334 municípios de uma única escola pública para ensino médio. Dessas escolas, 50,3% oferecem como opção para os estudantes apenas dois itinerários formativos. É a completa aniquilação da rede pública sem nenhum disfarce.

Por mais que a reforma do ensino médio e o desmonte da educação para os jovens tenha uma maior ênfase nas críticas e uma discussão mais acalorada, esse não é o único exemplo brasileiro da tendência neoliberal de desmonte e de privatização da educação pública e de qualidade. No caso da educação infantil, uma tendência que se tem assistido desde os anos 1970, é a política de conveniamento das creches ou CEI´s (Centro de Educação Infantil).

Segundo o artigo acadêmico “Política de conveniamnto da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade? ” de Fernando José Ribeiro e Patrícia Tanganelli Lara, um dos principais argumentos da Secretaria da Educação de São Paulo para a construção de creches conveniadas é a de que esse é um recurso menos oneroso aos cofres públicos se comparado com o custo para manter uma creche com orçamento estatal direto. Como analisado anteriormente, esse segue sendo um argumento pouco convincente que serve de pretexto para implantar a privatização e suprimir a educação pública, além de garantir lucro para as empresas de creches privadas.

Um aspecto relevante constatado pelo artigo se refere à qualidade do ensino oferecido pelas creches conveniadas. Em referência ao estudo de Borghi e Bertagna (2016), o artigo revelou que existe uma baixa qualidade de atendimento, além de uma falha no cumprimento de padrões estabelecidos nas normas no que se refere à insfraestrutura. O Tribunal de Constas de São Paulo destacou uma série de falhas quanto à infraestrutura física dos prédios. Em determinados casos, é possível observar uma série de creches conveniadas que são construídas em casas que possuem um padrão estrutural inadequado e insuficiente para o atendimento de crianças e bebês, não dispondo de elevadores, áreas verdes, pátios, brinquedotecas, refeitórios vastos e bem ventilados, além de uma série de outros fatores alarmantes.

Fica evidente que a eclosão e o aumento dessa que se mostra ser uma alternativa ineficaz para a demanda por vagas em creches, é uma saída que visa um investimento financeiro menor por parte do Estado. É muito mais barato para o governo construir creches em casas ou prédios que já existem ou fornecer voucher e financiamento para creches particulares do que apostar na construção de instituições escolares públicas para a primeira infância. É o investimento mínimo estatal, marca registrada do neoliberalimso que faz uma troca ignorante

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo é o modelo que se diz econômico, mas atravessa, por excelência, o todo. Ele atinge o privado, o público, a natureza, a saúde, o subjetivo, o político, o econômico, etc., porém, um dos âmbitos que mais lhe interessa é a formação do humano-máquina que serve como a mão de obra fundamental responsável por produzi-lo e mantê-lo. Nesse sentido, como se tem observado, a formação educacional é um assunto que tem feito parte cada vez mais do vocabulário neoliberal. Tudo vira empresa, inclusive as escolas e as relações sociais. A competição, a oferta, a demanda, os individualismos delimitam o novo tipo de sociedade que se tem criado. Nas palavras de Gilles Deleuze, “a família, a escola, o exército, as fábricas não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora figuras cifras, deformáveis, transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes” (p. 224).

Como observado no discorrer da discussão, o neoliberalismo se apresenta como uma ideologia de alcance globalizado. O vocabulário da escola neoliberal está perfeitamente bem instaurado no Brasil e sua lógica permanece sendo colocada nos assuntos que envolvem a pedagogia. Dentre os principais exemplos da eclosão do neoliberalismo nos assuntos pedagógicos brasileiros, destacou-se o novo ensino médio e as creches conveniadas. Ambos os modelos se apresentaram como preocupantes e falhos em diversos sentidos, excepcionalmente no que se refere à execelência educacional; à formação de sujeitos críticos e questionadores; à estrutura tanto metodológica quanto estrutural e, principalmente, ao aumento da desigualdade.

Cada vez mais a conclusão que se pode tirar das reformas do ensino, desde o infantil até a faculdade, é uma lenta e perspicaz aniquilação da escola para efetivamente transformá-la em uma empresa. Esse é o novo modelo da barbárie.

BIBLIOGRAFIA

LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Paraná: Editora Planta, 2004.

LAVAL, Christian. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. Blog da Boitempo, 2019. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque--estrategico-doneoliberalismo-a-educacao/

DELEUZE, Gilles. Conversações. (Post--Scriptum. Sobre as Sociedades de Controle pp. 219226). São Paulo: Editora 34, 2008.

MOURA, Perimar. O "novo" ensino médio: um projeto neoliberal para a educação. O Momento, 2022. Disponível em: https://omomento.org/o-novo-ensino-medio--um-projetoneoliberal-para-a-educacao/

SIMIELLI, Lara; CARNOY, Martin. Escolas Charter e Vouchers. Síntese de evidências,

2022. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-

content/uploads/2022/06/sintese-de--evidencias-charter-e-voucher-todos-pela-educacao-ed3e.pdf

LARA, Patrícia Tanganelli; SANTOS, Fernando José Ribeiro. Política de coveniamento da educação infantil: a privatização é a alternativa para suprir a demanda com qualidade?

Editora Unesp, 2020. Disponível em:

https://www.redalyc.org/journal/6377/637766243008/html/